



Exmo/a Senhor/a
Arpecdouro S.A.
Rua da Sortelha, N.º 396

4635-092 CONSTANCE

Outros dados Entidade: 508263425 geral@arpecdouro.com

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 1222 / 2023	02/02/2023	2022/300.10.001/44	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Execução do Pavilhão arqueológico subaquático, em Sines

Exmos. Srs.

Nos termos do disposto no art.º 77º do decreto lei nº 18/08 de 29 de janeiro, na redação dada pela Lei nº 30/2021 de 21 de maio e Decreto-Lei nº 78/2022 de 07 de novembro (Código dos Contratos Públicos) informa-se V. Exas., que, por despacho do Exmo. Sr. Vice-presidente da CMS, datado de 25/01/2023, foi adjudicada à empresa Arpecdouro, S.A. a execução da empreitada mencionada em epígrafe, pelo valor de € 127.831,90 (cento e vinte e sete mil oitocentos e trinta e um euros e noventa centímetros), a que acresce o IVA 6%, no montante de € 7.669,91 (sete mil seiscientos e sessenta e nove euros e noventa e um centímetros) o que totaliza € 135.501,81 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e um euros e oitenta e um centímo).

O compromisso relativo a esta despesa tem o número sequencial 24652 de 30/01/2023, o qual deve constar da faturação referente à empreitada.

Assim, fica o adjudicatário notificado para:

1. Que se pronunciem, ao abrigo do art.º 101º do CCP, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a minuta do contrato aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação e que segue em anexo a esta notificação;
2. Indicar o segundo outorgante do contrato, bem como a qualidade em que outorga, juntando documento que comprove o poder de representação;
3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar os documentos de habilitação, conforme o art.º 81º do CCP, nomeadamente:

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



- Declaração anexo II, devidamente assinada;
 - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - Alvará de empreiteiro de obras públicas, contendo a habilitação exigida;
4. Apresentar o Plano de Segurança e Saúde da Obra, no prazo de 10 (dez) dias, contados desta notificação, para aprovação da CMS e posteriores procedimentos de acordo com o decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças
(No uso de competências delegadas e/ou subdelegadas)
